

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO III- Nº 18 - OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2014

EDITORIAL

A incerteza administrativa

Atento à situação dos docentes das regionais, o **Jornal do Professor** traz nesta edição reportagem que conta as dificuldades administrativas vividas em Catalão e Jataí. Para se adequar ao novo estatuto, que entrou em vigência este ano, professores tiveram no primeiro semestre uma verdadeira corrida de negociações para estruturar as idealizadas “unidades acadêmicas”, um modelo administrativo mais robusto, com gratificações para seus diretores. No segundo semestre, se surpreenderam com uma resolução do Consuni que reservava apenas “unidades acadêmicas especiais” às regionais, uma estrutura bem mais frágil. Aqui, os docentes expõem o problema, que também é da reitoria, sem autonomia para criar cargos. A esperança agora é governo federal.

Na esteira do intenso e delicado debate político que se instaurou no Brasil pós-eleições, oferecemos artigos de opinião de cinco docentes que discutem os resquícios do período, o ódio, o ressentimento, as pautas da arena política, o crescimento do pensamento conservador e intolerante. Interessantes propostas de leitura do cenário nos são oferecidas.

Também a respeitada professora Maria do Rosário Cassimiro, primeira reitora de universidade federal no Brasil, fala de política. Ela, que administrou durante o último governo militar no Brasil, manteve bom diálogo com movimentos reformistas de esquerda.

De passagem pela UFG, o professor suíço Thomas Fischer e a professora Libertad Borges Bittencourt, da Faculdade de História, dão ricos elementos para compreender a sociedade e os movimentos que resultaram na independência da América Latina.

E, para alivar os ânimos, temos duas lindas páginas com registros de muita confraternização nas novas instalações da Sede Campestre, na melhor Festa do Professor já realizada pela Adufg Sindicato. Boa leitura!

Contato com a redação

(62) 3202-1280

jornaldoprofessor@adufg.org.br

Fotos: Macloys Aquino



AMERICA LATINA

Os motivos da independência

Libertad Bittencourt (*esquerda*), da Faculdade de História, e Thomas Fischer (*abaixo*), da Universidade Católica de Eichstätt, na Alemanha, discutem fatos históricos para entender movimentos que levaram países latino-americanos a se desligarem da Espanha e de Portugal. **Páginas 8 e 9**



REGIONAIS

Autonomia só no papel

Resolução não permite criar unidades como no estatuto

Docentes de Jataí e Catalão passam por cima de determinação

Não há previsão para novos cargos
Página 13

OPINIÃO

“*Ressentimento e ódio dizem muito sobre nossa democracia*”
Daniel Christino

“*Só a luta popular quebra a polarização entre PT e conservadores*”
Rafael Saddi

“*Nunca se falou tanto de mudança e nunca se mudou tão pouco*”
Pedro Célio



SEMPRE AO CENTRO - Primeira reitora federal no Brasil, Maria Cassimiro fala de gestão e dá panorama do seu pensamento político. **Página 16**



Rafael Saddi *

ELEIÇÕES E OPOSIÇÃO

A polarização entre o petismo e o conservadorismo e as possibilidades de avanço da luta popular

Em março deste ano, Emir Sader, fiel petista, afirmou: “PT enfrentará a sua mais fácil eleição”. Errou mais uma vez. A vitória de Dilma por somente 3% de distância (51,64 % de Dilma contra 48,36 % de Aécio) destoa bastante da sua relativamente confortável vitória em 2010 sobre Serra (12 % de diferença, sendo 56,05 % de Dilma contra 43,95 % de Serra).

O que isto provavelmente indica é que, embora Dilma tenha sido reeleita, a sua credibilidade e a do PT é efetivamente menor. Em setembro de 2010, o índice de rejeição à candidata, durante a corrida presidencial, era de 29,4 %. Em setembro de 2014, este índice estava em 42%.

Se ainda pensarmos que quase 30% dos eleitores não votaram, votaram nulo ou branco, podemos pressupor que há um espaço maior para a oposição se desenvolver do que existia em 2010. A grande questão é: que oposição será esta? Mais ainda, quais oposições serão estas?

A grande polarização tende a ser mesmo entre os governistas e o bloco que se reuniu, no segundo turno, em torno da candidatura do PSDB. Esse bloco, formado por neoliberais de carteirinha, aliados a conservadores neo-fascistas, que já havia demonstrado sua hegemonia na grande mídia, agora provaram, mais do que nunca, sua força eleitoral (elegeram bem para o Congresso e quase levaram a presidência).

Como a derrota foi pouco expressiva, esse bloco tende a crescer. E, embora as propostas de governo do candidato tucano fossem efetivamente petistas (não havia quase nada que as diferenciasses das da sua adversária), está claro que o discurso da oposição será conservador e neofascista, como já indicaram as lamentações anti-nordestinas e pro-intervenção militar das últimas semanas. Isto porque o grande motor dos votos do PSDB foi o ódio ao PT e alimentá-lo é fundamental para gerar crise de representação e movimentar um cenário favorável para 2018. Para isso, vale tudo: xenofobia, discurso anti-pobre, criação artificial de um ambiente de guerra fria, anti-comunismo, anti-gay, anti-negro, anti-nordestino, etc.

Esses discursos conservadores neo-fascistas parecem, para qualquer estudioso de história, lunáticos e ridículos. Mas, sua expansão só foi possível porque há realmente um ambiente em que eles puderam e ainda podem se proliferar sem parecer, aos que os reproduzem, algo que esteja fora da realidade.

Primeiro de tudo, é preciso levar em consideração que alguns projetos dos governos do PT afetaram direta ou indiretamente a classe média (mais médicos, direitos trabalhistas das empregadas domésticas, 50% de cotas para a universidade pública, cotas raciais, etc), tornando esse público bastante propício para qualquer discurso que fosse contrário ao PT, especialmente aqueles que afirmassem que a população ‘trabalhadora’ era prejudicada por um governo ditatorial.

Em segundo lugar, a inclusão de uma parcela da pobreza no consumo fez esta classe média, fincada na cultura herdada da escravidão, ter que conviver com a pobreza nos shoppings centers e em aeroportos. Combinado com os escândalos de corrupção, não unidos como sempre, os sempre elevados impostos, e o trabalho financiado dos vários conservadores (Olavo de Carvalho, Diogo Mainardi, Reinaldo Azevedo, Rodrigo Constantino e companhia) sobre uma população estudada para a sua especialidade, mas que apresenta uma ausência grave de referenciais teóricos básicos para compreender o mundo político, torna-se mesmo plausível que o PT estava/está criando um mundo onde só o pobre e o negro tem vez, uma ditadura comunista-bolivariana-chavista.

Se pensarmos ainda o crescimento e fortalecimento do movimento LGBT (que diga-se de passagem não teve nada a ver com o PT no poder federal, que, longe de pautar tais reivindicações, barrou o chamado kit gay) e o enfrentamento com as pautas das igrejas conservadoras, tudo se combina facilmente em uma ditadura comunista-bolivariana-venezuelana-gay. Obviamente, todas estas questões devem estar associadas à origem proletária do grande líder nordestino e operário e do próprio partido dos trabalhadores.

O crescimento dos discursos conservadores empurram determinados setores, que estariam naturalmente à esquerda e em oposição ao PT, em direção à defesa da pauta do governo. Forja-se, assim, uma unidade de esquerda de mão única, centrada naquilo que o PT coloca em pauta: a reforma política, por exemplo, que é atacada pelos conservadores como o comunismo do mais alto escalão, levando a esquerda a defender algo que muito pouco contribuirá para as transformações que afetarão efetivamente a vida dos setores oprimidos – aquelas que não estão pautadas pela correlação de forças institucionais.

Embora haja todas as condições para o crescimento das lutas sociais (com cerca de 40% da população inadimplente, com 43% das famílias brasileiras apresentando uma renda per capita inferior a um salário mínimo, com problemas na educação, saúde e transporte, com inflação no topo da meta e demanda de trabalhadores por aumento salarial), elas só vão se efetivar se os movimentos populares autônomos ganharem solidez de base e travarem suas lutas concretas, através da ação direta, para além das pautas do próprio governo. Só essa luta poderá quebrar a polarização central que tende-se a se dar entre o projeto do PT e os ataques conservadores. O enfrentamento concreto desloca o centro da disputa institucional para o campo da luta efetivamente popular: a única que poderá trazer transformações sociais profundas para a população trabalhadora e oprimida.

* Professor da Faculdade de História (FH)



Daniel Christino*

Eleições, política social e jogo democrático

Findo o processo eleitoral gostaria de iniciar minha reflexão com uma disjunção negativa: nem o mundo vai acabar nem uma nova era dourada se iniciará. Entretanto, o resíduo inercial da disputa tem mantido os ânimos acirrados, abrindo espaços largos e desconfortáveis para o ressentimento. Isso nunca é bom. Os processos democráticos deveriam, por óbvio, fortalecer e aprofundar a democracia e acredito que este seja o caso também para esta eleição, desde que, para tanto, alcancemos o distanciamento crítico necessário.

Pode-se começar a reflexão procurando entender o que esteve no centro desta eleição como eixo de simetria para o voto do eleitor. Não foi a corrupção. Foi o resgate social de uma parcela decisiva do eleitorado promovido pelo governo Dilma, de modo muito menos acanhado do que a oposição costumava fazer quando era governo. A amplitude dos programas sociais faz toda a diferença porque nestes anos todos de estabilidade econômica a desigualdade social tornou-se mais evidente. Esta política garantiu os votos decisivos para Dilma.

Com isso o PSDB, e a oposição, precisam entender que, no Brasil atual, a rede de proteção social do Estado é um elemento essencial de qualquer plano de governo e de qualquer estratégia de campanha. Não apenas “melhorar o que está aí”, mas imaginar outras possibilidades que não só ampliem esta rede, mas lhe forneçam sustentabilidade. A crítica, a meu ver muito acertada, de que o governo tem reagido tardiamente à deterioração dos indicadores econômicos ameaça exatamente a sustentabilidade destes programas. O compromisso de Dilma com o controle da inflação é importante não como resposta às provocações da oposição, mas como elemento essencial ao sucesso da própria política social do seu governo. Se a economia não estiver controlada a rede se desfaz.

A oposição, pelo seu lado, deve entender que a pauta da estabilização da economia e dos inegáveis benefícios que ela trouxe ao país, eleitoralmente, se esgotou. E tem que encarar a realidade de que, embora alegue ter concebido a maioria dos programas sociais que formam a política social do governo, o eleitor não a percebe deste modo. Sem uma proposta robusta de política social será muito difícil se opor ao governo na próxima eleição. No que diz respeito especificamente ao ensino superior público, a oposição deveria fazer o necessário mea culpa e apresentar uma estratégia de consolidação e um plano de investimento robusto para as universidades federais.

Por fim, o ódio e o ressentimento resultantes do processo eleitoral também nos dizem algo muito importante sobre a nossa democracia. Os modos, os processos, as relações importam muito. Não se constrói um ambiente democrático digno deste nome sem cuidar – e com muito empenho – do ambiente social no qual ocorre o debate e o engajamento. Embora o marketing político seja uma ferramenta importante nas campanhas, não pode ser o único elemento a compor a atmosfera de uma eleição. A democracia não pode estar separada da sua vivência, da experiência mais próxima do diálogo e da argumentação bem construída e enunciada. O resultado da experiência democrática não pode ser a deseducação para a democracia.

*Professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC)



Arnaldo Bastos*

Não confunda política com moral

No meu tempo de movimento estudantil, na Goiânia da segunda metade dos anos 80, nós, os “reformistas”, éramos rivais dos “trotskistas” e dos “stalinistas” (isto foi em outra vida, tenho certeza!). Nosso principal esporte consistia em nos atacarmos mutuamente, com uma fúria verbal absoluta. Mas, vez ou outra, entre uma assembléia, eleição ou manifestação, terminávamos no boteco, tomando cerveja e rindo das atitudes uns dos outros. Vez por outra as alianças mudavam, e os espinhafrados de ontem viravam os aliados do dia seguinte. Sem saber, eu estava aprendendo ali algo muito importante sobre a política: a de que ela não pode ser tida como um subproduto da moral. Aliás, quando verdadeiramente é pensada assim, você termina sendo proibido de beber e sua namorada é obrigada a usar burka para ir na escola (se puder ir à escola).

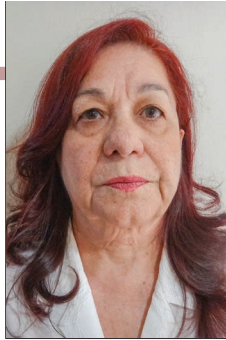
Pois bem, vi a notícia de que o PT está buscando o apoio da Marina nas eleições. E daí, meus jovens? Qual a novidade? Isto é política, tão somente. E a política não é uma competição moral. É uma disputa pelo poder.

E escrevo isto por uma razão. Há quem confunda o âmbito da moral e o da política. Só isto explica que alguém cancele a amizade, mesmo que virtual nas redes sociais, com outra pessoa, por conta de uma opinião política ou de uma escolha eleitoral. Quem age assim está fazendo um juízo de inteiro desprezo sobre uma pessoa (ela não presta! é um babaca!) com base tão somente num aspecto limitado de sua individualidade.

Nesta armadilha não escorrego. Ter votado no Pastor Everaldo não faz de ninguém um canalha e nem ter votado no Eduardo Jorge faz de alguém um poço de virtudes. O mesmo vale para as escolhas de Dilma e Aécio. Somente no relato bíblico do apocalipse, o bem e o mal se enfrentam frente a frente. Mas como sabem, Goiânia sequer tem estrutura para este tipo de evento como o fim do mundo. O âmbito da política, mesmo que permeado por questões morais, tem a sua autonomia (relativa, obviamente).

Finalmente (texto de Facebook não pode ser longo demais), mesmo que projetos distintos estejam em disputas e os conceitos de direita e de esquerda ainda façam sentido, não confundam política com moral. Você estará cobrando algo que o político (ou o partido) que você acredita lhe representar não irá lhe dar nunca, caso realmente possua um projeto de chegar e ficar no poder. Seus adversários de hoje são os aliados de amanhã e todos irão comemorar a vitória (o que interessa!) num restaurante chique. Você, pobre sujeito, que achou que tudo era uma questão puramente moral, tão somente ficou sem amigos. Valeu a pena?

* Professor da Faculdade de Direito.
Texto publicado originalmente no perfil do professor no Facebook



Dalva Borges de Souza*

Segurança Pública e o discurso dos candidatos em Goiás

O tema segurança pública — que esteve presente de maneira generalizada nos discursos da campanha eleitoral deste ano — foi em Goiás o tema mais explorado pelos candidatos ao Governo do estado. Ainda que esse foco estivesse perfeitamente consoante com o aumento real da criminalidade e da violência no estado, os candidatos não conseguiram formular propostas de políticas de segurança viáveis e exequíveis, capazes de reverter o quadro.

O candidato do PMDB apontou como solução para o problema da violência o aumento do efetivo policial. De fato temos hoje um número pequeno de policiais em relação ao crescimento da população do estado. Em 2012 a relação policial/número de habitantes no estado — um policial (civil e militar) para cada 404 habitantes — índice pior do que o da média do Brasil, que é de um policial para cada grupo de 363 habitantes. Ainda o candidato do PMDB garantiu reduzir a criminalidade em 50% até 2018, sem explicitar claramente como e, no final da campanha do segundo turno, anunciou uma “bomba”: a nomeação de Ronaldo Caiado para a Secretaria de Segurança Pública, definindo-o como “um homem com autoridade (autoritarismo?!), com posições definidas e muito sensível às questões que afetam os goianos”. A bomba falhou...

Da parte do candidato à reeleição, além de culpar o governo federal, prevaleceu o mais do mesmo que não tem gerado resultados. Para enfrentar o problema do baixo efetivo o governo do estado criou o SIMVE incorporando, em caráter temporário, reservistas das Forças Armadas, a despeito da contestação do Ministério Público Estadual. Essa medida, que deverá continuar no segundo mandato, já foi tomada em outros estados, sem resultados concretos e com consequências graves, devido à falta de treinamento adequado e ao caráter temporário e precário de contratação. O aumento do efetivo é necessário, porém acompanhado da melhoria da qualificação e da gestão das polícias. Com esse objetivo, há várias propostas, algumas em apreciação no Congresso Nacional, como a PEC 51 que visa implantar uma carreira de ciclo único na polícia e desmilitarizá-la, o que contribuirá para diminuir a violência policial que em Goiás é muito alta. Segundo o jornal *O Popular*, 9% dos 2.429 homicídios registrados entre 2004 e 2010 nesses anos ocorreram em “confrontos policiais”, índice absurdamente alto.

Se tomarmos o crime de homicídio como indicador de violência verificamos que esse tipo de crime no Brasil na última década sofreu uma inflação, com diminuição dos índices nas cidades em que se apresentavam muito altos, como São Paulo e Rio de Janeiro, o que fez reduzir também os índices desses estados, da região sudeste e mesmo os do Brasil. Na década de 2002 a 2012, o comportamento das taxas de homicídios no Distrito Federal (12,2%) e, especialmente, o seu expressivo crescimento dos Goiás (80,9%) fez com que a região centro-oeste apresentasse um aumento da ordem de 25,6%. Goiás passou a ocupar o 4º lugar na ordem dos estados com as maiores taxas de homicídios.

Algumas cidades como Diadema, São Paulo, Recife, Rio de Janeiro conseguiram implantar programas focados na redução de homicídios. Alguns desses programas implicaram no envolvimento da comunidade, na contribuição de outras esferas de governo, como as de educação, saúde, cultura, esportes, comunicação, e de outras entidades federativas. Apelaram também para uma atuação mais ágil e atenciosa do judiciário. Em Goiás não há qualquer envolvimento da comunidade ou mudanças nas atitudes das polícias. Além de melhorar a atuação da polícia e aumentar o seu efetivo e de implantar programas focados na redução de homicídios, outras políticas têm apresentado resultados no Brasil para a redução da violência, como o aumento dos gastos com segurança pública, a aplicação do Estatuto do Desarmamento e maior e mais efetiva aplicação da lei, sem que isso signifique torna-la mais rigorosa, aumentar as penas ou reduzir a maioria penal, ainda que essa tenha sido a tônica dos discursos dos candidatos ao legislativo.

O Secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás tem divulgado um “plano” específico para diminuir os homicídios em Goiânia que consiste basicamente nas chamadas “operações saturação”, ou seja, presença ostensiva de policiais, com abordagens e revistas das pessoas em espaços a que ele chama de “manchas criminais” que são os bairros de maior concentração populacional de pobres da cidade. A Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás contratou uma empresa de consultoria, a Brainstorming que elaborou o seu Planejamento Estratégico para 2012-2022, baseado num tal Método Grumbach de planejamento e administração gerencial. Esse planejamento reduz os homicídios, em uma única referência, a uma “relação entre traficantes e viciados”. Na mesma linha, as autoridades policiais em Goiás encontraram no crack a fórmula mágica para justificar o aumento da criminalidade. Ao dizerem que 70%, 80%, 90% dos homicídios são decorrentes do tráfico de drogas, fica tudo resolvido. Como saber se o tráfico e o consumo de drogas podem responder pelo aumento dos homicídios se nos inquéritos policiais os índices de apuração, de resolução com indiciamento, são tão baixos? Como em outros lugares, o tráfico é sim responsável pelo aumento dos homicídios, principalmente se há envolvimento de agentes públicos nele. Porém, temos que considerar que a criminalidade em Goiás e, especialmente os homicídios, obedece a uma lógica muito mais societária, vinculada à precariedade da vida, do que a uma lógica do crime organizado.

É mesmo a desorganização social provocada pelo crescimento acelerado e sem a correspondente estruturação dos equipamentos urbanos para atender às necessidades de uma vida digna que provocam esse mal estar, ou mesmo o estado de necessidade, que se traduz em violência. O crime se organiza quando corrompe agentes públicos e cria grupos de extermínio, como ocorreu recentemente em Goianira e agora em Anápolis.

* Professora da Faculdade de Ciências Sociais (FCS)



Pedro Célio
Alves Borges *

Ruas de 2013 e urnas de 2014 – para onde foi a mudança?

Algumas posturas a respeito dos resultados eleitorais de 2014 alimentam-se com notável facilidade na desqualificação da mudança política em andamento, em Goiás e no país. Elas apoiam-se em avaliações feitas com as feridas ainda abertas, que amplificam um costumeiro equívoco de interpretação ao colocarem desejos e antipatias no lugar da realidade. Exagera-se a magnitude das vitórias obtidas e demora-se muito para aceitar derrotas políticas específicas. Nesse segundo caso, a busca de pretextos quase sempre desativa a capacidade de argumentar. No limite, cresce a perigosa tendência de negar legitimidade aos eleitos e aos motivos dos que neles votaram.

É exemplar nesse aspecto, além de ridícula, a série de lereias e diatribes lançadas nas redes virtuais ao longo das primeiras semanas após o segundo turno. Não faltaram aberrações inimagináveis em se tratando da imagem de racionalidade dos que as propalaram. Refiro-me aos clamores quase obsessivos para a continuação do embate, já encerrado, em um inexistente terceiro turno.

Esta postura revela algo de catártico, mais visível em pessoas até então sem militância ou comprometimento ativo na vida pública, mas que entraram arrebataadoras nas eleições, crenes na salvação do mundo e na eliminação das impurezas e, também, dos impuros. São celebridades e gente comum, próximas de todos nós, que ainda se descabelam – via internet –, levando a zero qualquer valorização deste momento de aprendizado democrático. Elas não conseguem entender, por exemplo, que derrotados em eleições podem colher importantes vitórias políticas e que os mais votados, apesar disso, podem ter perdido e muito, como está visível no exemplo do PT. Desta incompreensão brotam as tais atitudes de raiva, intolerância e vetos, compatíveis a alucinações golpistas e reacionárias.

Noves fora estes, há muito para refletir e tirar lições. Fazê-lo é um desafio, para a análise e para a própria ação política. Por isso, o tema proposto pelo **Jornal do Professor** acerta na mosca. Estimula a apalpar os números e significados da votação, a propor sínteses e buscar relevância para certos temas, ao menos para dialogar e aprender com argumentos em contrário.

Duas das mais ressaltadas versões pós-eleitorais centram-se na guinada conservadora durante o momento eleitoral e na percepção de que o país saiu cindido das urnas. De início, ficaram notórias as evidências do predomínio conservador no enfoque dos temas polêmicos, como aborto, direitos civis à condição homossexual e descriminalização das drogas, em geral capitaneadas por argumentos religiosos. As questões de segurança pública subordinaram-se a conceituações que as colocam na esfera da defesa individual, o que coincide com a pregação favorável à indústria armamentista.

O maior sintoma, a meu ver, aparece no crescimento dos apoios à redução da maioridade penal para 16 anos. Candidatos a cargos parlamentares identificados com essa bandeira receberam votações consagradoras na maioria dos estados, ao passo que os concorrentes ao executivos, de situação e oposição, igualaram-se nos diagnósticos e promessas com pano de fundo no aumento do efetivo policial e do rigor das leis e mecanismos punitivos. Levantamentos ainda incompletos identificam acréscimos nas bancadas da bala, dos evangélicos e dos policiais civis e militares. Em contrário, segundo o Diap, a frente sindical reduziu de 83 para 46 integrantes.

Em termos valorativos a detecção do conservadorismo pode ser arguida aos dois lados que se defrontaram no segundo turno. A isso soma-se que muitas classificações teóricas e ideológicas que davam norte aos nossos mapas intelectuais perderam força como dualidades explicativas das tensões políticas: Estado-mercado, esquerda-direita e conservador-progressista, embora não tenham desaparecido, hoje coexistem com outras referências de julgamentos e identidades. Vigora uma mistura de significados políticos e as alianças e posicionamentos das lideranças sofrem frequentes alterações, pasteurizando as imagens da política. As legendas praticam e ensinam a seus simpatizantes a política de resultados, sob clara lógica da presentificação, ao modo do mercado, que dispensa fidelidades a programas ou discussões sobre o futuro. Desde a queda do Muro de Berlim e os avanços da globalização esta tendência tem atuado fortemente na codificação da política.

Assim, relativizados os critérios das aproximações e enquadramentos, o quadro abaixo, montado para sintetizar a paisagem na Câmara dos Deputados, permite prognosticar sobre as implicações da onda conservadora nos parâmetros da negociação política para o próximo período.

DIREITA CENTRO DIREITA			CENTRO (+ INDEFINIDOS)			CENTRO ESQUERDA ESQUERDA		
Nº de Legendas	ATUAL	2014	Nº de Legendas	ATUAL	2014	Nº de Legendas	ATUAL	2014
10	178	171	9	173	186	7	162	156

Elementos do campo conservador podem ser encontrados nas três colunas, mas sobejamente eles encorpam as legendas da direita e do chamado centro, que na recente política brasileira, quando houve embates conceituais, somam-se para articular o “centrão”. Ou então colocam-se disponíveis para qualquer negócio como o Executivo. Esta segunda orientação dá consistência a um traço da nossa cultura política, fazendo aumentar os custos de formação de maiorias e de governabilidade. Também a alta fragmentação da representação (28 legendas) potencializa estes custos, prendendo a política aos grilhões do tradicionalismo e do fisiologismo.

Fenômenos como a explosão de votos em Bolsonaro no Rio de Janeiro e no Delegado Waldir, de Goiás, assim como no deboche do Tiririca em São Paulo, de fato denunciam o momento de baixa receptividade conferida no momento às mensagens progressistas. Por isso merecem um pouco mais de atenção dos que procuram reforçar a consciência democrática e empenho para melhorar as suas condições.

Ao reconhecer estas nuances do conservadorismo, resta porém um equívoco de localizar nestas eleições o conjunto por elas formado. Na verdade, as movimentações pautadas em “tudo mudar para ficar como está” vem de outras conjunturas, outras anteriores, nutrindo-se em diferentes campos do comportamento coletivo. Em 2010, esse roteiro deixou-se ver na abordagem conferida ao aborto, por Dilma e Serra.

É possível, por fim, circunscrever a escalada conservadora no hiato entre os conteúdos das manifestações de 2013 e o referido ambiente destas eleições. Fica nítido que nunca se falou tanto de mudança e ao mesmo tempo se mudou tão pouco. E também se explicita o quanto a noção de alternância no poder passa longe dos desejos de mudança e renovação da política, que os brasileiros levaram às ruas. Ocorreu foi que aquelas demandas não encontraram formas para traduzi-las nas urnas.

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS)

Adufg
SINDICATO

18ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Presidente

Daniel Christino
Vice-presidente

Edsaura Maria Pereira
Diretora Secretária

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Anderson de Paula Borges
Diretor Administrativo

Thyago Carvalho Marques
Diretor Adjunto Administrativo

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora Financeira

Luciana Aparecida Elias
Diretora Adjunta Financeira

Peter Fischer
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Maria Auxiliadora de
Andrade Echegaray
Diretora Adjunta para
Assuntos dos Aposentados
e Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO III – Nº 18
OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2014
Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

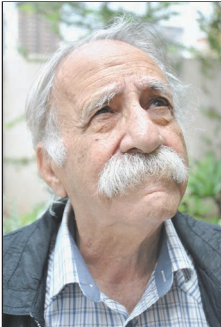
Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato



RESPINGOS

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

ENTIDADES NÃO DECLARAM APOIO NAS ELEIÇÕES

Nem Proifes-Federação, nem Andes-SN, manifestaram lado nestas eleições, ou se não estariam em lado nenhum. Dentro do Proifes, no entanto, houve intensos debates entre quem apoiava ou Dilma Rousseff (PT) ou Aécio Neves (PSDB). A própria diretoria da Adufg Sindicato é dividida. Mas o clima de ódio, que se alastrou pelo país durante o processo, não contaminou a entidade. “A diretoria é plural”, disse o presidente Flávio Alves, que votou em Dilma e recebeu manifestações de apoio de diretores tucanos após as eleições.

Boa relação com militares

Só em 1981, 13 anos após a reforma universitária de 1968, a UFG teve direito ao voto direto para escolher seu reitor. Adufg, DCE e Asufego (hoje Sintlfesgo) conduziram uma eleição com participação de 75% da comunidade. Ary Monteiro foi eleito com 6.289 votos. Mas o que valeu foi uma lista com seis nomes, eleita indiretamente pelos conselhos superiores da universidade, para que o então presidente João Figueiredo e o ministro Rubem Ludwig, ambos generais, escolhessem. Maria do Rosário Cassimiro (na foto ao centro, entre o ex-reitor José Cruciano e o ex-vice reitor Mário Evaristo), quarta mais votada na eleição da comunidade, foi a escolhida. A professora fala mais da época na página 16. Vale conferir.

Macloys Aquino



Olé no internauta

A Fundação RTVE não transmitiu as duas últimas reuniões dos conselhos superiores da UFG pela internet. Alegam falta de condições técnicas, falta de estrutura e problemas com a internet. Professores têm reclamado, principalmente nos campus fora de sede.

Previdência

O governo federal caminha lentamente para vinculação dos proventos dos servidores públicos federais aos proventos da previdência social. É possível que, no futuro, a integralidade se restrinja às carreiras típicas do Estado.

Licença sabática

Desde 1994, professores poderiam usufruir o direito de ingressar com pedido de licença sabática. Infelizmente, isso não mais acontece. A administração entende que, segundo o Regime Jurídico Único, a medida foi revogada. Só têm direito à licença pesquisadores da Ciência e Tecnologia.

Licença prêmio em pecúnia

É um benefício que deveria ser concedido automaticamente desde que o interessado o requeresse ou tivesse se aposentado. Por que se opor ao pedido, se é previsto em lei? A resistência da administração teria relação com a limitação orçamentária?

Professor censurado

O artigo do professor de Catalão Igor Lima, publicado na última edição do JP, repercutiu na internet. O autor recebeu mensagens de apoio de docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Alagoas (UFAL) e Universidade Estadual de Maringá (UEM). Ele afirmou, no artigo, ter sido censurado pelo *Jornal UFG*.

Concurso ameaçado

Uma proposta apresentada pelo MPF colocou em polvorosa diversos sindicatos de servidores públicos federais. Em síntese, procuradores alegam que o Artigo 243 da Lei 8.112 viola preceito constitucional do concurso público. O processo foi colocado em pauta no STF no último dia 25 de setembro e logo depois retirado.

Por falar nisso

A ideia de Organização Social (OS) no serviço público, como escapatória do Regime Jurídico Único, começa a ser considerada no STF. Significa que a maioria dos concursos realizados por estados e municípios teria por base o Regime Jurídico Plural, isto é, contratação de celetistas.

E o magistério

Não sendo carreira típica do Estado, abriu caminho para o plano revelado pelo presidente da Capes, de chamar OS para contratar professores universitários. Aliás, a ideia já fora lançada pelo economista Bresser-Pereira, na condição de ministro de FHC. Modelo já funciona da UFRJ.

Celetistas no magistério

Após mais de dez anos de apresentação da ADIn, o STF não chegou à conclusão. De um lado, o problema do artigo 39 da CF, que retirou do texto a expressão “Regime Jurídico Único”. De outro, surgiu uma brecha de se introduzir o Regime Jurídico Plural.

Ex-aluno indeniza Alcir

Diretor do Cepae, Alcir Horácio ganhou na Justiça o direito a R\$ 5 mil. Serão pagos por um ex-aluno, condenado por ofendê-lo em uma pichação no teto da escola. O caso ocorreu em 2011. Mais oito estudantes participaram da algazarra, que foi, além de pichar, divulgar a foto em redes sociais. O caso ganhou repercussão nacional. “Essa ofensa vai se perpetuar por toda minha vida”, disse Alcir ao G1.



CARTAS DOS LEITORES

Esclarecimento sobre artigo - *Jornal UFG*

Em nome da Assessoria de Comunicação da UFG (Ascom), responsável pelo *Jornal UFG*, gostaríamos de esclarecer o ocorrido com relação ao artigo do professor da Regional Catalão, Igor dos Santos Lima, que seria publicado na edição n. 67, de setembro de 2014. Após o envio de documento à Procuradoria Jurídica da UFG por parte do coordenador da área de Matemática daquela Regional, consultamos a Procuradoria e decidimos suspender a publicação e encaminhar o artigo para o Conselho Editorial do jornal avaliar aspectos apontados pelo coordenador e definir se haveria ou não questionamentos tanto para o professor quanto para o jornal

com relação à publicação. Após aprovação unânime do Conselho Editorial de que o artigo deveria ser publicado, informamos ao autor que o artigo foi remanejado para a edição n. 68, de outubro de 2014. Considerando também a pertinência de ceder espaço para o coordenador do curso explicar suas ideias, a Ascom o convidou a escrever um artigo e, como complemento à discussão, realizamos uma matéria que explora as ações que a UFG tem tomado com relação aos problemas vivenciados pelos cursos de licenciatura. Ressaltamos por fim, o compromisso do *Jornal UFG* com seus colaboradores e também com o debate de ideias.

Kharen Stecca - editora Geral do *Jornal UFG* e Coordenadora de Imprensa da Assessoria de Comunicação da UFG



Acuso o recebimento do **Jornal do Professor**, número 17, de setembro de 2014, e agradeço pela lembrança e atenção. Aproveito a oportunidade para desejar felicitações e sucesso. **Francisco Júnior** - deputado estadual.

Assembleia aprova reajustes para Unimed e Uniodonto

Em assembleia realizada no dia 23/10, filiados aprovaram o reajuste de 9,65% para o plano Adufg/Unimed e de 5,49% para o plano Adufg/Uniodonto. O valor negociado e levado para discussão em assembleia representa o índice anual proposto pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Com relação à Uniodonto, foi negociado o valor aprovado em contraproposta ao índice de 10% apresentado pela cooperativa. Há cinco anos o plano Adufg/Uniodonto não passava por reajustes.

Na oportunidade, também foram aprovadas alterações e adequações no regulamento do Fundo de Reserva Unimed/Adufg Sindicato. Veja o que mudou no novo regulamento, no www.adufg.org.br, no link “convênios”.



NOTÍCIAS

Unimed abre período para novas adesões

Novos usuários poderão se inscrever no Plano de Saúde Adufg Sindicato/Unimed, sem carência. Os interessados, professores filiados e técnico-administrativos, devem procurar o Setor de Convênios de segunda à sexta-feira, das 8h às 18h. Fique atento ao cronograma do período de inscrição:

03/11 a 20/11 (início da utilização do plano em 10/12/14) e 01/12 a 20/12 (início da utilização do plano em 10/01/15). Informações pelo telefone 3202-1280, ou no email convenio@adufg.org.br.

Sabadart será em novembro

A Diretoria da Adufg Sindicato informa que o próximo Quintart será realizado no último sábado do mês. O evento não será realizado na sexta-feira, 28/11, mas sim no sábado, 29/11, a partir das 11 horas, no novo Salão de Festas da sede campestre da Adufg Sindicato. Será realizada uma feijoada com samba para os professores filiados e familiares com entrada gratuita para professores e dependentes. Os convites e ingressos dos convidados (R\$ 10) deverão ser retirados com antecedência, na sede administrativa, na Vila Nova. Venha conhecer e se divertir!

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - JULHO/2014					
	Valor R\$				
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.086,07	2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	240.103,71	2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00	2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	79.591,61
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00	2.2.11- Hospedagem e manutencao de site	232,16	Total R\$	105.609,92
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.432,37	2.2.12- Vigilância e Segurança	459,80	2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.000,00	2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	609,99
1.5- Outras Receitas	0,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	200.000,00	2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	23.905,57
Total R\$	441.536,08	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	420,00	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	2.318,98
		2.2.17- Agua e Esgoto	367,90	Total R\$	26.834,54
		Total R\$	27.358,13		
2- Custos e Despesas Operacionais		2.3- Despesas Gerais		Total Geral dos Custos e Desp. Operacionais R\$	260.151,74
2.1- Despesas com Pessoal		2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.815,04	3- Resultado do exercício 07.2014 (1-2)	181.384,34
2.1.1- Salários e Ordenados	28.390,42	2.3.2- Despesas com Coral	1.622,60	4- Atividades de Investimentos	
2.1.2- Encargos Sociais	33.318,49	2.3.3- Diária de Viagens	1.121,00	4.1- Imobilizado	
2.1.3- Seguro de Vida	293,03	2.3.4- Tarifas Bancárias	151,08	4.1.1- Construções e Edificações	97.083,71
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	262,94	2.3.5- Lanches e Refeições	927,38	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.5- Ginastica Laboral	1.448,00	2.3.6- Quintart	2.909,20	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.7- Patrocinios e doações	1.748,00	4.1.4- Móveis e Utensílios	20.315,00
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	35.569,18	2.3.8- Manutenção de Veículos	740,00	4.1.5- Computadores e Periféricos	6.117,60
Total R\$	100.349,15	2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	344,21	4.1.6- Outras Imobilizações	5.010,20
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00	Total R\$	128.526,51
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.284,29	2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	1.170,11	4.2- Intangível	
2.2.2- Despesas com Correios	1.445,72	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	2.932,85	4.2.1- Programas de Computador	0,00
2.2.3- Energia Elétrica	1.173,29	2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00	Total R\$	0,00
2.2.4- Honorários Advocatícios	0,00	2.3.14- Material de expediente	430,61	Total Geral dos Investimentos R\$	128.526,51
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00	5- Resultado Geral do exercício 07.2014 (3-4)	52.857,83
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.16- Outras despesas diversas	5.918,21		
2.2.7- Serviços Gráficos	14.210,00	2.3.17- Manutenção e Conservação	3.823,75		
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90	2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00		
		2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	364,27		
Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa					
Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.					

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - AGOSTO/2014					
	Valor R\$				
1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	2.714,00	2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	0,00
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	230.398,26	2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	180,00	2.3.21- Despesas com construção Sede Campestre	73.585,22
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	0,00	2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	232,16	Total R\$	102.247,47
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.445,65	2.2.12- Vigilância e Segurança	459,80	2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00	2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.000,00	2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	635,94
1.5- Outras Receitas	0,00	2.2.14- Honorários Jornalísticos	0,00	2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	0,00
1.6- Resgate de aplicações financeiras	43.131,06	2.2.15- Serviços de Informática	1.000,00	2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	50.305,14
Total R\$	274.974,97	2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	7.042,64	2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	2.799,99
		2.2.17- Agua e Esgoto	464,18	Total R\$	53.741,07
		Total R\$	32.159,49		
2- Custos e Despesas Operacionais		2.1- Despesas com Pessoal		Total Geral dos Custos e Desp. Operacionais R\$	276.091,64
2.1- Despesas com Pessoal		2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.816,03	3- Resultado do exercício 08.2014 (1-2)	-1.116,67
2.1.1- Salários e Ordenados	44.424,57	2.3.2- Despesas com Coral	1.072,13	4- Atividades de Investimentos	
2.1.2- Encargos Sociais	34.621,45	2.3.3- Diária de Viagens	1.652,20	4.1- Imobilizado	
2.1.3- Seguro de Vida	293,03	2.3.4- Tarifas Bancárias	117,51	4.1.1- Construções e Edificações	24.604,88
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	538,18	2.3.5- Lanches e Refeições	1.093,82	4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
2.1.5- Ginastica Laboral	724,00	2.3.6- Quintart	6.054,52	4.1.3- Veículos	0,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	1.067,09	2.3.7- Patrocinios e doações	1.660,80	4.1.4- Móveis e Utensílios	2.065,15
2.1.7- Férias, 13º salário e Rescisões	6.275,29	2.3.8- Manutenção de Veículos	40,00	4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
Total R\$	87.943,61	2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	2.064,07	4.1.6- Outras Imobilizações	13.943,51
2.2- Serviços Prestados por Terceiros		2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	2.429,36	Total R\$	40.613,54
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.390,57	2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	220,50	4.2- Intangível	
2.2.2- Despesas com Correios	4.042,36	2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	2.966,91	4.2.1- Programas de Computador	0,00
2.2.3- Energia Elétrica	854,88	2.3.13- Hospedagens Hotéis	232,10	Total R\$	0,00
2.2.4- Honorários Advocatícios	5.000,00	2.3.14- Material de expediente	563,00	Total Geral dos Investimentos R\$	40.613,54
2.2.5- Honorários Contábeis	2.172,00	2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	0,00	5- Resultado Geral do exercício 08.2014 (3-4)	-41.730,21
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00	2.3.16- Outras despesas diversas	4.627,34		
2.2.7- Serviços Gráficos	4.100,00	2.3.17- Manutenção e Conservação	1.545,72		
2.2.8- Honorários de Auditoria	1.056,90	2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00		
		2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	506,24		
Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa					
Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.					

curtas

Ebserh pode assumir o HC ainda este ano

A UFG quer decidir ainda este ano se entrega ou não o Hospital das Clínicas (HC) à administração da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). O contrato já foi distribuído à comunidade, mas a decisão está envolta em debate e deve ir ao Consuni da primeira quinzena de novembro.

Para a reitoria, a adesão garantirá mais eficiência na administração do HC, prestes a se tornar maior hospital público do Centro Oeste. Docentes, estudantes e servidores técnico-administrativos dizem tratar-se do início de um processo de privatização. A Adufg Sindicato tentou uma negociação com a reitoria, para adiar a votação do contrato para maio de 2015. A reitoria, no entanto, entende que a discussão já foi esgotada e que só haverá adiamento se for decisão do Consuni.

Criada pelo governo federal em 2011 e vinculada ao MEC, a Ebserh surgiu para administrar hospitais universitários federais em todo Brasil. É financiada com recursos públicos, mas tem personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio.

A lei que criou a empresa é objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR). A ação tramita no Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público Federal (MPF-GO) já sinalizou ser favorável à implantação da empresa na UFG.

“Por que o governo prefere aplicar dinheiro em OS (Organização Social) ao invés de aplicar na administração direta?”, questionou o professor Frederico Barra de Moraes, diretor de Extensão da Faculdade de Medicina (FM) e chefe da Ortopedia no HC, durante



Frederico Barra, do HC: “Por que o governo prefere aplicar dinheiro em OS ao invés de aplicar na administração pública?”

debate promovido em julho pelo Sint-Ifesgo.

Segundo a UFG, assim que assinado o contrato, uma das primeiras medidas será a realização de um concurso para mais de 500 trabalhadores da área hospitalar, que serão contratados em regime CLT.

O déficit de servidores do HC, segundo o Sint-Ifesgo, é de 41 funcionários. O contrato com a Ebserh estabelece que o hospital precisa de 1.674 técnico-administrativos (docentes não são citados) e propõe a contratação imediata de 585.

No entanto, acórdão do TCU estabelece a dispensa de 486 funcionários da Funape que trabalham no HC. Nestas condições, apenas 39 novos trabalhadores adentrariam ao quadro do hospital.

RESOLUÇÃO 032

Consuni desmembra minuta e regras para progressão só serão discutidas em 2015

A minuta que altera a resolução 032/2013 – e define novas regras para estágio probatório, progressão e promoção na carreira dentro da UFG – foi desmembrada pelo Consuni, que apreciou apenas as regras para contratação de professor titular-livre.

O desmembramento se deu porque o MEC liberou quatro vagas de titular-livre para a UFG, cujo edital de seleção deve ser lançado até o próximo 21 de novem-

bro. Hoje, a UFG não dispõe de nenhum professor titular-livre e a expectativa é começar o processo de seleção já no próximo semestre.

Enquanto isso, as novas regras para pontuação na carreira permanecem nas mãos da comissão formada pela reitoria para desenhar o novo documento. Quando aprovada em 2013, a resolução previu alterações em 2014. Mas os debates só devem ser retomados em março de 2015.

Cegraf publicará livros de teses e dissertações

O Cegraf/UFG lançou edital do Programa de Publicações de Livros Resultantes de Teses e Dissertações 2014. Serão selecionados trabalhos defendidos no período de 01 de dezembro de 2012 a 30 de novembro de 2014. O prazo para as inscrições será entre 01/12/2014 e 15/12/2014.

Os trabalhos devem ser encaminhados à Editora UFG, Campus Samambaia, de segunda-feira a sexta-feira, das 8 horas às 13 horas. Para trabalhos enviados pelo correio, a data da postagem deverá obedecer ao período de inscrição. O endereço para correspondência está disponível na página do Cegraf/UFG: www.cegraf.ufg.br. Mais informações podem ser solicitadas pelos telefones: (62) 3521-1107 e 3521-1356.



Lisandro Nogueira: “Retorno ao convívio da família, meus amigos, colegas e também às minhas atividades em Goiânia”

Lisandro retoma atividades na UFG

O professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) Lisandro Nogueira retorna ainda este ano às atividades acadêmicas. Ele pediu demissão do cargo de diretor da Cinemateca no início de novembro, após um ano no comando da instituição. Havia assumido por indicação da ministra Marta Suplicy e do cineasta e membro do Conselho da Cinemateca Cacá Diegues.

Em seu perfil no Facebook, o professor justificou razões familiares para o seu desligamento. “Retorno ao convívio de minha família, meus amigos, colegas e também às minhas atividades acadêmicas e culturais em Goiânia”, disse na postagem, que saiu junto de uma foto em que ele aparece ao lado da ministra Marta.

“Ela (Cinemateca) retomou a normalidade exercendo seus principais objetivos: preservar e difundir a produção cinematográfica e audiovisual do Brasil. Deixo a Cinemateca ativa e viva culturalmente na cidade de São Paulo e no Brasil”, acrescentou, na internet.

De qualquer forma, Lisandro não poderia continuar porque a Cinemateca mudou seu regime jurídico e Lisandro, como funcionário público de carreira, não poderia assumir a direção de uma organização social (OS), de caráter privado.

Primeiro goiano a assumir a instituição desde a sua fundação (1956), Lisandro teve como missão conter uma crise que obrigou a Cinemateca a cortar 43% do seu pessoal, após uma auditoria da Controladoria Geral da União (CGU), que determinou corte de gastos após haver detectado desvios na receita destinada ao órgão. A Cinemateca guarda 44 mil títulos do cinema brasileiro em sua sede, na Vila Clementino, em São Paulo.

A mistura pela independência

Professor de universidade alemã apresenta, na UFG, tese que considera a mestiçagem como um dos principais fatores para compreender os processos de desligamento das colônias

A mestiçagem é o primeiro de cinco fatores para explicar os processos de independência da América Latina. Para Thomas Fischer, professor da Universidade Católica de Eichstätt, na Baviera, Alemanha, a mistura de gente criou situações imprevisíveis para os tão avançados modelos administrativos dos colonos espanhóis e portugueses.

Thomas se dedica aos estudos dos países latinos desde 1990. É parceiro de um programa de intercâmbio que envolve a UFG e a universidade alemã. Esteve em Goiânia sob os cuidados do professor Sebastião Rios, da FCS, durante setembro e outubro. Ministrou minicurso sobre histórias das relações internacionais nesta parte do continente americano.

Ao longo de 300 anos de colonização, Espanha e Portugal implantaram modelos administrativos altamente desenvolvidos e que funcionavam muito bem. Na Europa. Em contato com as novas sociedades latino americanas, sofreram imprevistos que minaram também o controle político sobre as pessoas.

“O que espanhóis e portugueses sabiam fazer muito bem era organizar e administrar, e isso se notava sobretudo na arrecadação de impostos”, disse Thomas. “Inventaram um sistema para administrar o novo mundo, organizar as cidades. Minha tese é que, ao final de 300 anos, já não sabiam controlar as colônias”, falou para estudantes de Relações Internacionais, na FIC.

Quadro do Século XIX mostra os “tipos de gente”, segundo a cor da pele, mas também determinados pela vestimenta: segregação



Reprodução - latamamericastudies.org



Thomas Fischer, no Bosque Auguste de Saint-Hilaire, no Campus Samambaia: “Em nenhuma outra parte do mundo houve essa mescla de gente”

Mistura

Thomas tem mais quatro fatores para explicar o processo de independência: o endurecimento de leis para fortalecer as colônias; início de sentimentos patrióticos, principalmente entre crioulos (descendentes de colonos nascidos no novo mundo); rebeliões coloniais e a influência internacional de Napoleão Bonaparte.

“Fenômeno interessante é que nem espanhóis, nem portugueses, haviam pensado na mescla de gente. Os sistemas espanhóis eram muito segregados, o que não funcionou muito bem na América Latina. Em nenhuma outra parte do mundo houve este tipo de mescla tão característica, é particular daqui a mestiçagem”, disse.

“Mesmo assim as cidades eram segregadas: no centro se encontravam um tipo predominante de gente, mas que nos mercados se misturavam”, completou. Ele mostrou imagens de época para dizer que também a cor da pele determinava o lugar das pessoas na sociedade.

“Nas variedades possíveis de gente e vêem-se diferenças de funções, de roupas, de hábitos segundo a cor da pele. Isso é o que eu queria mostrar, que a sociedade muda, a fundo, fora do previsto, num processo que não se podia dirigir bem, nem por portugueses, nem por espanhóis”.

No intuito de controlar a imprevisibilidade, a medida foi apertar para aproveitar mais as colônias em termos econômicos. As reformas borbônicas, tomadas pelo rei Carlos III, da Espanha, incluíam vários aspectos, desde militares, fiscais e administrativos. Foram pensadas porque as cidades eram cada vez

mais independentes e autônomas, com decisões importantes tomadas na própria América. “Queriam parar esse processo e restringir as decisões cruciais à Espanha”, disse Thomas.

Armas

Dentro do plano das reformas, constava o aumento da presença militar, fortalecer os exércitos espanhóis em toda América Latina. “O que obrigava incluir mestiços e mulatos americanos nas milícias locais. Então houve um efeito não intencional: mestiços e mulatos passaram a dominar armas. Nem sempre a usaram em favor dos interesses espanhóis”, disse.

“O que se sucedeu foram protestos por parte dos crioulos. Grupos super importantes para o início do processo de independência. Os mais altos postos de poder estavam nas mãos dos peninsulares espanhóis, mas neste grupo nasceu a consciência de ‘americano’. Para finalmente pedir independência e autonomia para, mais tarde, tomar a administração e as decisões políticas”, ressaltou.

Neste processo, foram decisivas as ações políticas e militares de personagens crioulos como Francisco de Miranda e Simón Bolívar (Venezuela), Antonio Nariño (Colômbia), Tupac Amaru II, dentre outros. Eram líderes letrados e com formação política, conheciam leis e alguns, como Nariño, deixaram legados de luta por direitos humanos.

“Os crioulos tinham um discurso de como organizar a sociedade e que direitos deveriam ter os cidadãos”, explicou Thomas.

O Atlântico conectou as revoluções?

Em sua visita à Goiânia, Thomas também falou sobre influência internacional e defendeu uma teoria que considere os movimentos de independência na América Latina juntos às revoluções Francesa e Americana.

O professor suíço defendeu uma ampliação da perspectiva costumeira de historiadores, de considerar em separado os processos ocorridos por aqui das revoluções Francesa e Americana.

“O interessante é ver esses eventos de forma conjunta, me parece haver um quadro com o princípio da independência dos Estados Unidos, e depois a Revolução Fran-

cesa, e logo a independência do Haiti e finalmente as independências da América Latina. Só depois as revoluções burguesas no continente europeu”, disse na UFG.

“Há de se conectar isso de outra maneira, de analisar como revoluções no mundo atlântico. As revoluções na América Latina não foram revoluções sociais (a primeira foi a Revolução Mexicana), não foram revoluções burguesas, como visto na Revolução Francesa, mas de se tornar independente do poder colonial da Espanha e de Portugal”.

A pedido do JP, a professora da Faculdade de História da UFG Libertad Borges Bittencourt, que estuda histórica política da América Latina, comentou a proposta de Thomas Fischer.

Ela enriquece de detalhes as passagens que envolvem essas transformações a partir das revoluções europeias e americana, e nos faz repensar a proposta do professor europeu. Confira.



Libertad Borges Bittencourt, na entrada da Faculdade de História, abaixo de uma reprodução de Simón Bolívar

XVIII se consolida a democracia parlamentar inglesa, levando à estabilidade política interna, a Inglaterra volta suas atenções para suas prósperas colônias americanas. Como o território hoje pertencente aos EUA era partilhado com outras nações europeias, as guerras europeias ali se reproduziam e, nesse período, com a Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra decidiu estabelecer um exército regular nas suas colônias americanas para lutar contra a França. A manutenção das tropas deveria ser paga pelos colonos, o que gerou insatisfações. Novas taxações, as chamadas “leis intoleráveis”, intensificaram o desgaste metropolitano, levando a enfrentamentos e, finalmente, a reunião de um congresso entre representantes das treze colônias, que redigiram a declaração de independência. O último passo foi a guerra de independência, deflagrada em 1776.

O caso haitiano foi emblemático e a independência da pequena e então próspera ilha, chamada de São Domingos, ocorreu no interior da revolução francesa de 1789. Foi uma insurreição de escravos iniciada em 1791 e efetivada em 1803. O contingente de escravos negros que trabalhava na próspera indústria açucareira era dez vezes maior que o número de brancos e havia um segmento intermediário de mulatos e negros libertos. Entretanto, após a vitória sobre os exércitos coloniais as lutas entre negros e mulatos se prolongaram e levaram à devastação da produção açucareira. Os antigos escravos viram-se forçados a uma produção de subsistência, o que impossibilitou a integração da economia local ao comércio mundial. Ademais, a preocupação de que esse exemplo fosse seguido nas regiões escravistas, sobretudo no sul dos Estados Unidos, no Brasil e na vizinha Cuba levou à estigmatização desse processo singular de independência. A jovem independente nação foi então isolada pelos demais países, sob uma condenação geral, o que agravou ainda mais a difícil situação interna. A consideração nas colônias americanas era a necessidade de impedir que esse exemplo se disseminasse e incentivasse outras rebeliões de escravos e o país pagou um alto preço por essa política excludente que limitou as possibilidades de desenvolvimento interno.

Seguindo a cronologia dos processos independentistas, destaca-se o exemplo peculiar das colônias espanholas. No caso da América Hispânica as lutas iniciais não foram pela independência, mas da mesma forma que nos Estados Unidos, ao fim e ao cabo, transitaram para esse desfecho. No complexo jogo das alianças dinásticas europeias, no início do século XIX Napoleão Bonaparte invadiu a península ibérica e depôs o rei Fernando VII

de seu trono em Madri, levando ainda à fuga da família real portuguesa para o Brasil. O monarca espanhol foi aprisionado e exilado na França e este ato foi objeto de protestos de ambos os lados do Atlântico, seguido de juras de fidelidade ao rei, tanto na Espanha quanto nas colônias americanas. Essa anuência ao rei deveu-se ao fato de que a Espanha ficara quase intocada pelas revoluções que sacudiram a Europa, levando, por exemplo, à modernidade política inglesa. Na Espanha houve o reforçamento do absolutismo quando esse modelo declinara no restante do continente. Também a América Espanhola era caracterizada por extrema lealdade ao rei, apesar de que em três séculos de colonização nenhum dos reis espanhóis visitara suas possessões americanas. Ao longo do período colonial desenvolveu-se uma noção de pertencimento por parte dos descendentes de espanhóis nascidos na América e suas respectivas nações eram por eles chamadas de Espanha Americana. Muito dessa fidelidade devia-se à busca de distinção entre “nós e eles”, entre a minoria branca e o grande número de índios, mestiços e negros. Com a invasão francesa iniciam-se as lutas de resistência aos franceses e de 1808 a 1810, tanto na América quanto na Espanha, os embates foram para expulsar os invasores e resguardar o lugar do rei aprisionado. Entretanto, no calor das batalhas afloraram os antagonismos regionais e o dissenso. Ao longo desses dois anos houve uma mutação de ideários e na América, nesse período, houve o trânsito para a ideia de independência, quando os colonos julgaram que a Espanha havia capitulado definitivamente sob o jugo francês. A autonomia ampliada com o enfraquecimento da metrópole e os debates políticos contribuíram para essa mudança de concepções. A partir de 1810 as lutas finalmente transitaram para a perspectiva de ruptura completa e começaram, efetivamente, os processos de independência. Os dois principais Vice-reinados, a Nova Espanha, atual México, alcançou a sua independência em 1821 e o último vice-reinado a se tornar livre na região foi o Peru, em 1825.

Os processos de independência são muito mais complexos que essa síntese aqui esboçada e sugerem aproximações e distanciamentos. Aproximações porque tanto na América Inglesa, atual Estados Unidos, quanto na América Hispânica o propósito inicial não era a ruptura com a metrópole colonial e as lutas não antagonizaram colonos e colonizadores. Em ambos os exércitos havia colonos contra a independência e ingleses e espanhóis a favor, atendendo a distintos interesses. Todavia, os desdobramentos levaram à ruptura definitiva. A América Espanhola comemorou o bicentenário das independências em 2010 renovando o orgulho pelo processo de autonomia emblemático, via do qual surgiram repúblicas autônomas que foram pioneiras em todo o mundo, em uma Europa ainda monárquica e com regiões ainda não unificadas.

Libertad Borges Bittencourt

A propósito da reflexão do professor Thomas Fischer, de que “parece haver um quadro com o princípio da independência dos Estados Unidos e depois a Revolução francesa e logo a independência do Haiti e finalmente as independências da América Latina. Só depois as revoluções burguesas no continente europeu”, busco aqui desenvolver um pouco mais o contexto que levou às independências nas Américas. No caso dos EUA, contou para esse processo a particularidade de uma autonomia significativa das treze colônias inglesas, tanto em relação à metrópole colonial, quanto entre cada uma delas. Desde o início da colonização, a Inglaterra, convulsionada por crises internas, não exerceu um rígido domínio sobre suas colônias americanas e quando finalmente tentou exercer um controle mais efetivo, já no final do século XVIII, estas se rebelaram, dando início à luta para recuperar a autonomia, que transitou para a independência. No princípio da colonização, guerras continentais e dinásticas na Inglaterra, crises recorrentes entre o rei e a burguesia, entre a religião oficial e as demais denominações religiosas contribuíram para impossibilitar um projeto colonial aos moldes convencionais. Essa colonização inglesa foi dispersa e difusa, sem um plano geral; as perseguições religiosas e políticas, bem como o aumento da pobreza estimularam muitos a buscarem refúgio na América, sem apoio institucional efetivo. Desde o início, não houve a presença do Estado e de uma Igreja oficial nos moldes da colonização ibérica. Quando no século



Professora aposentada da FE, Vanda Borges curtia a fresca sombra do salão de festas. “Vim porque estava curiosa com as novas instalações, e vi que ficaram excelentes. Foi muito bom o investimento”



Fotos: Macloys Aquino

Filhas de Wanderlin dos Santos, da Escola de Engenharia Civil, as lindas gêmeas Maria Vitória e Maria Laura brincavam de criar formas com os longos cachos nas águas das novas piscinas

MELHOR FESTA DO PROFESSOR

As novas piscinas e o novo salão de festas da Sede Campestre da Adufg Sindicato foram os grandes atrativos na Festa do Professor, realizada no dia 18 de outubro. Os mais de 500 professores e suas famílias curtiram o melhor encontro campestre de todos. “A reforma foi mesmo pra atrair mais professores”, disse o presidente Flávio Alves. O ex-diretor Jefone Rocha lembrou dos professores que lutaram para conseguir a área e instalar a sede.



Magda Montagnini, da FE, preparava o neto Joshua para o quente sol daquele sábado. Enquanto isso, Jordan, o outro neto, curti uma piscina de bolinhas e, mais tarde, seu filho Fernando e o terceiro neto, Jonathan, se refrescaram na piscina de verdade



Assim que viu a câmera, Yasmin fez pose. “Sabe de quem eu sou filha?”, perguntou e lascou o sorriso. É do Anderson Borges, professor da Faculdade de Filosofia



“É um privilégio tudo isso. Somos um dos poucos sindicatos no País com essa estrutura de lazer”, contemplava a professora aposentada da FAV, Edna Goya, antes de abrir uma lata de cerveja gelada



Assim que chegou à sede, o reitor Orlando serviu água mineral fresca para o irmão Omar e a filha Luisa. Curtiu o sábado em família

Fotos: Macloys Aquino



Lourenço, da EMC, a esposa Ana Paula, a professora Maria Assima (EA), Reinaldo (EMC) e Rosana, da FIC: amizade e confraternização no novo salão de festas



Jessica, filha do Alcir, diretor do Cepae, tomava um copão de coca-cola gelada e exibia os cachos meio negros, meio dourados, ao sol



Edson e Karina dividem responsabilidades no ICB. Na Festa do Professor dividiram melancia, abacaxi, suco e água fresca

Da primeira vez na sede campestre, ano passado, Mariana estava no berço (à direita). Tinha 4 meses. Agora, com um ano, pirulitou tanto pelo gramado que foi difícil pará-la para a foto. É filhinha da Liliana, do IPTSP, e do Jovino



Depois uma corrida, do pula-pula e da piscina, Pedro, filho da professora Rosana, da FIC, deu uma calibrada na glicose. “É bão”, disse do algodão doce.



Luciana, da Letras, e Andrea, da Face, botaram os assuntos em dia entre um copo e outro, um prato e outro



Kalebe é neto do Cláudio, caseiro da sede campestre. Essa carinha de susto é porque foi fotografado após um tombo no pula-pula.



Patrícia, o marido Marley (IME) e o filhote Heitor saíram coloridos de casa. E se encontraram com o também colorido Abraão, do IPTSP. Mayhara e Solimar, um casal de amigos



Climão da festa - Diretores, ex-diretores, o reitor e filiados descerram placas que inauguram as novas obras da sede, como a do novo salão de festas

Cepae: o canal com a comunidade

Unidade é uma das que mais atraem famílias para UFG

As especificidades do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) o tornam uma das unidades da UFG com maior relacionamento com a comunidade. Pela natureza dos serviços oferecidos, principalmente na Unidade de Educação Básica, o Cepae é o canal que mais atrai famílias para a UFG.

Famílias dos mais de 760 alunos têm algum contato com a escola, mas o envolvimento maior ocorre entre as famílias das 80 crianças da Educação Infantil. São pais que frequentam a escola para acompanhar os filhos durante banhos, lanches ou no berçário.

“Na graduação, a família já não está tão presente. Aqui não, aqui nós temos responsabilidade civil sobre os nossos alunos e é preciso que a gente dê conta desta responsabilidade”, comenta o diretor do Cepae, professor Alcir Horácio.

Reuniões frequentes da Associação de Pais e Mestres, a Festa da Família e festivais diversos, atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão são sempre mote para o conagração das famílias.

É o caso do projeto de extensão Circula. “É uma espécie de guarda-chuva, mostra todas as atividades aqui do Cepae, tudo isto ofertado sempre a comunidade, que é a comunidade escolar, os pais, os próprios alunos e os professores”, conta o professor.

“Nós não estamos aqui para substituir a família, para educar. Nós estamos aqui no processo também de educação, mas nosso principal processo é o de instrução, na perspectiva de atendê-lo na reprodução e produção do conhecimento”, diz Alcir.

O Cepae desenvolve a educação básica na UFG, assim como oferece cursos de pós-graduação e estágio para alunos de graduação. Desde 2013, incorporou a educação infantil, até então desenvolvida pela Creche da UFG.

Alcir atribui a grande procura pela escola a “uma tradição dos colégios de aplicação de todo país onde se oferece um ensino de qualidade e se desenvolve ensino, pesquisa e extensão de qualidade”.

O quadro de servidores qualificados também contribui. “O Cepae tem um corpo docente e técnico muito qualificado. Não é em todo lugar que encontramos professores com nível de doutorado e pós-doutorado, inclusive técnicos, com nível de mestrado e também de doutorado”, diz o diretor.

Ione Mendes, coordenadora de Educação Infantil do Cepae: “Muitas famílias ainda nos chamam de babás”

NÚMEROS DE ALUNOS

80
educação
Infantil

260
primeira fase
do Ensino
Fundamental

243
segunda fase
do Ensino
Fundamental

180
ensino
Médio

Frederico Oliveira



Educação infantil desvalorizada

Luta histórica de professores do Cepae é contra a desvalorização da educação infantil, entendida apenas como um espaço de cuidados e não de ensino propriamente. Muito por conta de uma confusão de conceitos de “criança” e “educação infantil”. “Há uma desvalorização histórica do termo ‘criança’, enquanto momento em que não se está pronto, não se está apto”, Ione Mendes, coordenadora da Educação Infantil do Cepae. Como não é produtiva economicamente, a infância é desvalorizada, diz a coordenadora.

A existência recente das instituições de educação infantil no Brasil – a partir da década de 1960 que surgiram as primeiras – é apontada por Ione como outra causa da desvalorização. As primeiras experiências, no entanto, não estavam voltadas para as necessidades da criança e sim para atender a demanda do mercado de trabalho: os pais precisavam de um lugar para deixar seus filhos.

Hoje, tal concepção mostra-se ultrapassada. A Psicologia, a Pedagogia e outras ciências têm realizado diversas pesquisas sobre o desenvolvimento infantil e demonstrado as necessidades educacionais específicas das crianças. Apesar dos avanços, ainda se enfrenta a desvalorização histórica “que é real, a gente enfrenta isto todos os dias, somos mal interpretados no que fazemos, algumas famílias, até que a gente interfere, nos chamam de babás”, conta Ione.

Incorporação da creche beneficia professores

Em fevereiro de 2013, a então Creche da UFG foi incorporada ao Cepae, que passou a atender também a educação infantil. O processo de integração levou cerca de cinco anos, em que foram realizadas negociações com a Faculdade de Educação e o Cepae. Há algum tempo os professores da então Creche eram lotados no Cepae. A integração os colocou efetivamente como docentes daquela unidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) contempla a educação infantil como etapa do processo de educação. Deste modo, é direito da criança e não um atendimento das demandas dos pais. Tendo isto em mente, o processo de incorporação da educação infantil ao Cepae considerou que a vaga é da criança e não de seus pais.

O modelo anterior reservava vagas para filhos de alunos, servidores técnico-administrativos e docentes da UFG. A criança podia permanecer na então Creche enquanto seus pais concluíam seu curso de graduação ou permaneciam vinculados à universidade. A partir da mudança, é garantida a vaga da criança no Cepae da educação infantil até a conclusão do Ensino Médio.

O Cepae é agora a única unidade federal que faz atendimento na educação infantil no Centro-Oeste. Em todo país, apenas 23 instituições federais têm trabalhado com a educação infantil. Dentro da UFG a educação infantil tem seu espaço reconhecido, com recursos e instalações, mas que ainda se luta por mais vagas para professores. Muitos confundem a educação infantil com apenas cuidado de crianças e, em função disto, nem sempre é fácil conseguir novas vagas.

EBTTs se adequam ao magistério para progredir

Os professores da educação infantil são da carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT). Em toda a UFG, apenas oito docentes são desta carreira. No entanto, a universidade ainda não cumpre a legislação, que determina uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) específica para os EBTTs.

Não existe também resolução específica para a progressão na carreira de EBTT dentro da UFG, sendo aplicadas a estes professores as mesmas regras válidas para a docência do Magistério Superior (MS). No entanto, até agora não houve um caso de professor que não progrediu pela não adequação à resolução do MS.

Existe, no entanto, um questionamento de alguns professores do Magistério Superior do Cepae em relação às normas de progressão. Como suas atividades envolvem basicamente o ensino e a extensão e a estrutura e tempo para pesquisa são limitados, estes sentem-se prejudicados pela valorização da produção acadêmica em pesquisa.

ESTATUTO

Regionais na incerteza administrativa

Seguindo estatuto, docentes organizaram unidades acadêmicas. Mais tarde, descobriram não ter autonomia para isso

Desde que a UFG passou a se adequar ao novo estatuto, que entrou em vigor este ano, um imbróglio administrativo se instaurou, principalmente nas regionais fora de Goiânia. No primeiro semestre, como previsto no estatuto, unidades se organizaram para desenhar as estruturas administrativas que melhor lhes conviessem.

Teve início uma corrida de negociações entre coordenadores de departamentos, principalmente de Catalão e Jataí, que tem campus maiores, com mais cursos consolidados. O objetivo era organizar as sonhadas “unidades acadêmicas”, um modelo administrativo mais robusto e representativo, com gratificações para seus diretores.

Uma das principais inovações do novo estatuto é exatamente essa: conferir mais autonomia administrativa às unidades. O documento prevê, dentre as atribuições das regionais, criar ou extinguir unidades acadêmicas (*veja reprodução*). Devendo tudo passar antes, claro, pelo Consuni. E foi baseado nisso que docentes criaram “institutos, escolas, faculdades ou centros”, com aglutinação de cursos de graduação e de pós, entre áreas afins.

Ocorreu que, no início do segundo semestre, esses docentes se depararam com uma resolução da administração da UFG, aprovada pelo Consuni, que dava às regionais Catalão, Jataí e Cidade de Goiás a possibilidade de criar apenas “unidades

Nelson Amaral, assessor da reitoria: “O MEC está ciente dessa estrutura montada no interior. Mas tudo está muito no ar, por causa das eleições”

SEÇÃO I
Dos Conselhos Gestores das Regionais

Art. 50. O Conselho Gestor da regional da UFG é o organismo máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento de cada regional e tem por atribuições:

XII – aprovar a criação ou a extinção de Unidades Acadêmicas ou de Unidades Acadêmicas Especiais das regionais, encaminhando suas deliberações à consideração final do Conselho Universitário;

§1º A criação de uma nova Unidade Acadêmica exige, ainda, que sejam viabilizadas as instalações físicas para o seu funcionamento e garantidas as gratificações para os seus dirigentes.

acadêmicas especiais”, uma estrutura administrativa frágil, sem cargos de direção ou gratificações, sem representatividade ou garantias de crescimento.

“No estatuto está assegurado que cada campus fizesse o debate e decidisse coletivamente a melhor forma de se organizar. Fizemos as reuniões e decidimos, unidos, que os cursos se desdobrariam depois de crescer. Aí, a resolução disse que ninguém poderia ser unidade acadêmica, só unidade acadêmica especial”, conta, indignada, Suely Santos, quem coordenou as discussões para criar o “Instituto de Letras, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” de Jataí.

O nome como “instituto” (com oito cursos de graduação, três mestrados e cinco especializações), ou seja, como unidade acadêmica, segundo Suely, inclusive é o que consta no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e no Sistema de Cadastro de Atividade Docente (Sicad). “Foi o formato que aprovamos, mas não consta que é unidade acadêmica”, diz a professora, que coordena o curso de Pedagogia em Jataí. “Não aceitamos ser especial, porque não tem diretor, vice, secretário, não há gratificação. Eu até mencionei que seriam diretores de corredor, porque não têm sala, não tem mesa, nada”.

Independência

O mesmo ocorre com o recém criado “Instituto de Geografia” da Regional Catalão. “É o nome que estamos usando, tentando garantir um mínimo necessário”, diz o professor João Donizete Lima, coordenador do curso, que sozinho atendia aos pré-requisitos para se tornar unidade acadêmica. “Fomos voto vencido, mas temos uma estrutura montada e não acatamos a decisão (do Consuni)”, enfrenta.

O ocorrido, segundo ele, fortaleceu o movimento que quer criar a Universidade Federal de Catalão, independente da UFG. “Hoje todo mundo aqui é unidade acadêmica especial. Mas não estamos usando o nome ‘especial’. A universidade não nos reconhece, mas é a forma que encontramos, para ter o direito adquirido e conseguir isso na Justiça. Porque respondemos judicialmente pelas funções, mas não somos gratificados por isso”, afirma.

“A UFG diz que não tem gratificação pra todo mundo. Os chefes de departamento aqui hoje recebem a gratificação da Prefeitura de Catalão. Todos respondem, todos os anos, a processo administrativo da própria universidade por acúmulo de cargo. Mas o convênio entre a universidade e a prefeitura já existe há 25 anos. É muita insegurança”, conta.

Congresso teria de aprovar cargos

A administração da UFG reconhece a dificuldade e afirma ter pressa na instalação de unidades acadêmicas nas regionais fora de Goiânia. Mas o impasse é mesmo a indisponibilidade de gratificações. “Brigamos no MEC para ceder mais CDs (cargos de direção). Mas não sei se consegue, a briga é muito grande”, diz o pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos (Prodirh), Geci Pereira da Silva.

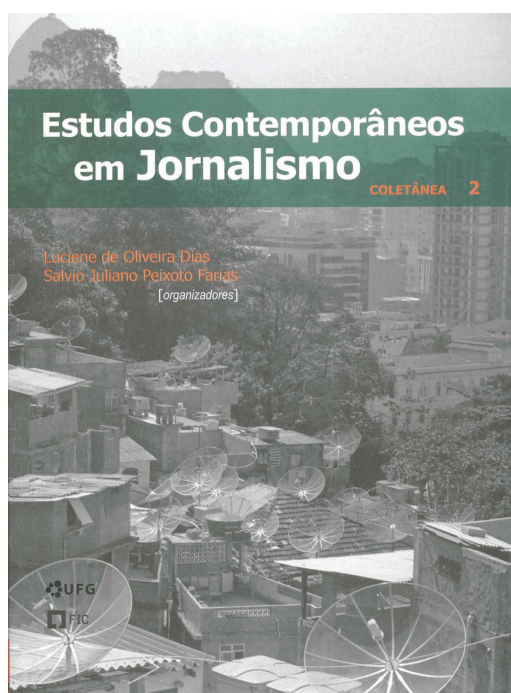
O problema pode ganhar mais dimensões no tempo, porque a universidade não tem autonomia para criar cargos. Tampouco o Ministério da Educação (MEC). Isso deveria passar pelo Congres-

so Nacional, cujo tempo para aprovação é incalculável. Mas se o MEC aprovou o estatuto da UFG, onde estão previstos os cargos, então, estaria preparado para arcar com esses cargos no orçamento. Este é o entendimento.

Enquanto isso, a UFG tenta garantir gratificações melhores aos “chefes”, como são chamados os superiores nas unidades acadêmicas especiais. “Estamos reivindicando ao MEC uma equiparação com unidade acadêmica”, diz o assessor especial da reitoria, professor Nelson Amaral. “O MEC está ciente dessa estrutura montada no interior. Mas tudo está muito no ar, até por causa das eleições”, diz.

Carlos Siqueira Ascom/UFG





Jornalismo lança livro de artigos

A segunda coletânea *Estudos Contemporâneos em Jornalismo* foi publicada pelo curso de Jornalismo da UFG. A obra contém artigos de docentes e estudantes e é o quarto livro publicado. O livro discute o fazer jornalístico e questões éticas relacionadas, produções jornalísticas alternativas, produção noticiosa e o ensino de jornalismo. A obra foi editada por conselho editorial próprio e organizada por Luciene de Oliveira Dias e Sálvio Juliano Peixoto Farias, professores da FIC.

‘De todos os mentirosos da humanidade, os pescadores são os mais confiáveis’

Em 2010, fizemos em Luiz Alves, Goiás, uma das melhores pescarias de todas as temporadas. No primeiro dia de pescaria o barco desceu o rio a uma velocidade de aproximadamente 15 km por hora. Após o almoço saímos para pescar. Não foi o melhor dos dias para peixes, mas conseguimos duas cacharas, fora da medida, o tamanho mínimo para captura deste peixe atualmente é de 80 cm no Rio Araguaia. Foram soltas logo após serem fotografadas. Mas como gosta de filosofar o meu filho Leandro: “Mais vale um péssimo dia de pescaria, do que um ótimo dia de trabalho”.

A cachara é um peixe de couro, com a carne muito apreciada pelo sabor, textura e por não apresentar espinhas entremeadas. A sua primeira maturação sexual ocorre com aproximadamente 70 cm e a fecundação é externa. É considerada hermafrodita protogínica, ou seja, todos os filhotes nascem fêmeas e depois parte deles se transforma em machos.

No segundo dia, pegamos várias bargadas, também chamada surubim-chicote. Peixe de couro, comprido, pintados, os maiores podem chegar a 160 cm e pesar até 15 kg. Habita as rasouras das praias e devido a sua grande força e resistência quando fisgada, tornou-se um troféu almejado por pescadores esportivos.

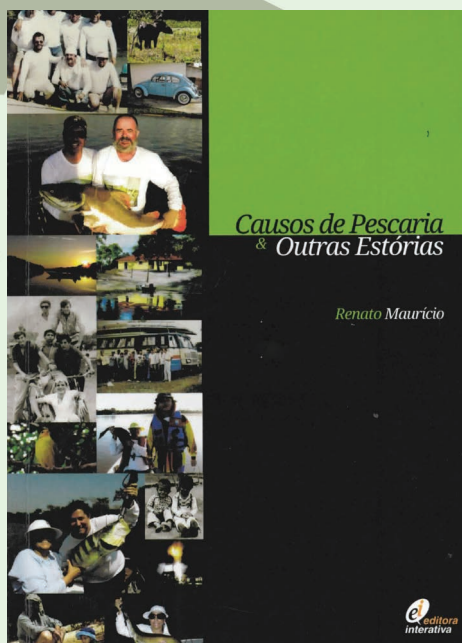
No terceiro dia de pesca (dia do jogo Brasil x Coreia do Norte), eu e Leandro assistimos o primeiro tempo e saímos para mais uma pescaria. Não pegamos grandes peixes, mas divertimos muito com algumas curvinas, peixe de escamas, que pode alcançar o peso de até 3 kg e apresenta uma particularidade interessante que são duas pedras na cavidade craniana. Nos locais de pesca a agitação

na superfície da água com a ponta da vara, atrai estes peixes.

No quarto dia fizemos a tradicional pescaria dos tucunarés. Fomos pescar num lago chamado Aruanã. Esta pescaria é feita de uma maneira muito peculiar. Orientados pelos pirangueiros você entra no lago e com água até na cintura e usando iscas artificiais, faz lançamento para o meio do lago e com isto atrai os tucunarés. Pegamos vários e alguns deles foram reservados para o almoço. Nesta pescaria o Zé Minhoca passou um dos maiores apuros de sua vida. Estava pescando na beirada do barranco e dentro do lago a uma distância de mais ou menos 3 metros tinha um jacaré de olho nos tucunarés que eram fisgados. O Zé pegou um tucunaré e deixou-o no chão, perto de onde estava sentado, de repente o jacaré deu um bote para pegar o peixe e bateu com a cabeça na sua perna, ele achou que tinha sido mordido, largou a vara e tudo o mais e saiu em disparada pelo meio da mata, gritando por socorro e dizendo que tinha um jacaré correndo atrás dele. Mobilizou todos os outros pescadores para cercar o bicho e o que se viu foi o réptil satisfeito comendo o tucunaré dentro do lago.

Na hora do almoço, assamos alguns tucunarés na brasa. Os peixes são assados em cima de um jirau de madeira e degustados com sal, limão, vinagrete e farinha de mandioca.

Participaram desta pescaria: Ademir, Alessandro, Xandão, Bariani, Clayton, Dudu, Durval, Edmar, Fábio, João Holanda, Leandro, Marcos, Nardelli, Nilo, Renato, Salso, Tercilio, Ulisses, Zé Michoca e Zé Moiado. “



Em “Causos de Pescaria & Outras Estórias”, Renato Maurício, professor aposentado da Faculdade de Medicina, conta experiências de pescaria. O conto ao lado foi reproduzido da obra (p. 68-69).

Editora Interativa – 142 páginas

MODA

Empreendedoras da passarela

FAV Fashion chega à 9ª edição com sucesso de público e dá exemplo de organização

Contatos com empresários, com a imprensa, contratar profissionais, orçamentos, planilhas, como acomodar o público? O FAV Fashion, organizado pelos formandos do Design de Moda e ocorrido no final de outubro, foi um sucesso.

Mas, peralá. Estudante de moda deveria estar preocupado com confecção, estamparia, estilismo, modelos. Também. Pois fizeram tudo, a parte artística e a logística, e mostraram que estão prontinhos para o trabalho.

Meteram 1,2 mil pessoas no Centro de Cultura e Eventos, cujo salão se tornou uma imensa passarela de moda, cujo tema era cinema, com coleções inspiradas em filmes escolhidos pelos formandos.

“Fizemos levantamento das empresas mais importantes da área de vestuário, contatos com os donos, essa logística de divulgação”, conta Indy Marçal, uma das organizadoras. Conseguiram 10 empresas patrocinadoras.

“Se interessaram por ter a marca divulgada no nosso catálogo, na internet, durante o evento”, conta, ressaltando o apoio da UFG por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec) e da Faculdade de Artes Visuais (FAV).

“A organização começou há um ano e meio atrás. É um projeto colaborativo que envolve arquitetura, design, foto, jornalismo”, conta Indy, que, além de estudante, trabalha no Museu de Arte Contemporânea (MAC).

O FAV Fashion surgiu há nove anos para suprir a demanda por estágio, que até pouco tempo não havia. Mas cresceu e chegou a 9ª edição maior porque os estudantes se propuseram o desafio de extrapolar os limites acadêmicos.

“Pela primeira vez tivemos um evento muito peculiar, foi uma turma muito engajada, que ao longo do curso que juntou a grana pra bancar o evento. Nos outros anos, essa estrutura era solicitada para UFG”, diz a coordenadora do projeto, Lavinnia Seabra.

“Isso mostra que os alunos crescem e compreenderam que o evento não depende só da UFG”, completa a professora. A expectativa é que essa lógica empreendedorista se estenda aos próximos formandos.

Coleção - Fundo do mar
Estilista - Millena Pereira



Coleção - As cores de Amélie
Estilista - Sara Zacarias



Coleção - Margareth & Dennis
Estilista - Luiza Medeiros



Coleção - Together
Estilista - Pollyana Cavalcanti



Coleção - Desejos Intensos
Estilista - Maíza Reis



Coleção - Mulheres de Woody
Estilista - Amanda Santos



Coleção - De Olhos bem fechados
Estilista - Camila Maschietto

MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO

Nem tão ao mar, nem tão à terra

Primeira reitora de universidade federal no País, professora se diz de centro e dá um panorama do seu pensamento ao JP

Primeira mulher à frente de uma universidade federal no País, Maria do Rosário Cassimiro é uma gestora nata. É como se tivesse deixado a reitoria da UFG, que comandou entre 1982 e 1986, ontem. Aposentada da Faculdade de Educação, tem na cabeça números, detalhes da administração, nomes de auxiliares, datas e planos de crescimento para universidade.

Antes de ser reitora, foi uma pró-reitora de Extensão diferenciada, com autorização inclusive para contratar pessoas. “Assinei carteiras, vários professores entraram na universidade pelas minhas mãos”, vangloria-se. Foi ela quem deu o primeiro passo para a expansão da UFG: criou os campus de Catalão, Jataí, Firminópolis e de Porto Nacional (quando ainda Goiás).

“Com muita dificuldade, porque a UFG inteira era contra. Eu achava que não bastava abrir as portas, tinha que ir até a comunidade. Foram sementes preciosas plantadas, mas ninguém fala disso hoje na universidade. Santo de casa não faz milagre, né?”, diz.

Foi ela também quem deu as bases e o nome para a criação da Uniana, transformada mais tarde em UEG, e quem criou – e foi sua primeira reitora – a Unitins, hoje UFTO. Criou a universidade, fez o primeiro concurso de professores, de funcionários, e dois vestibulares em 17 meses. “Em todas (universidades), deixei um patrimônio rico”.

Aos 80 anos, não quer parar de trabalhar ou de pensar a educação no Brasil. É membro do Conselho Estadual de Educação (quarto mandato) e tem dois livros em elaboração. “Quero viver o resto da vida da melhor maneira possível, espero mais uns 20, 25 anos”.

Ao JP, recebido em seu apartamento, no Setor Oeste, Cassimiro, de família tradicional de Catalão, fala de administração universitária, de política, religião, vida urbana e de suas perspectivas para o futuro. Confira.

Escolha para reitoria

Me submeti à eleição direta e a indireta, que valia. Não tive apoio do governo estadual. Ary Valadão hoje é amigo, mas na época trabalhou duro contra mim. Eu tinha muito prestígio no ministério da educação, mais que o governador. O ministro da educação era um general (Rubem Ludwig), o presidente também, e ninguém acreditava, jamais, que um general nomearia uma mulher.

Governo militar

Administrei a universidade, assim como reitores anteriores a mim, no governo da revolução. Tive muito prestígio, tanto que consegui um financiamento de mais de U\$ 16 milhões para a UFG. Comigo só influenciou para favorecer. A política de direita do governo federal nunca me atrapalhou, pelo contrário, ajudou muito.

Relação com esquerda

Os movimentos de esquerda tinham muito respeito por mim, acho que compreendiam bem minha situação, de que não se administra uma universidade sem dinheiro, rompendo com o governo federal. Eu deveria renunciar se rompesse, e toda renúncia é um atraso. Isso (renunciar) nunca passou pela minha cabeça. Me saí bem com os dois lados (direita e esquerda), parece que me querem bem.



Maria do Rosário em casa, em seu escritório: “Do ponto de vista futurista, o ensino superior deveria ser privatizado. Há mais progresso na coisa privada”

Posição política

Eu me considero do meio, do centro, nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Me lembro até de uma charge do Jorge Braga, eu cima do muro e as pessoas, dos dois lados, gritando “desce, desce”. Eu tinha que usufruir o melhor para universidade, eu não podia ficar contra a onda da época, a onda reformista, e não podia perder os benefícios do governo federal. Eu tinha que administrar uma universidade. Era uma universidade pequena ainda e eu tinha que transforma-la ao menos numa universidade média.

Política atual

O governo do PT fez muito mal ao Brasil. Fez bem no começo do governo Lula, porque seguiu a mesma ideologia financeira do governo anterior, FHC, que era uma boa e tinha grandes cabeças. O Lula trocou as cabeças mas manteve o pensamento. O que fez de mal foi passar a mão na cabeça dos governos ditatoriais na América Latina, foi uma lástima. A Dilma e o Lula são muito esquerdistas, muito centralizadores e a Dilma levou o Brasil ao caos econômico.

Mulher no poder

Tem crescido muito. O meu momento era de romper com o gelo. O machismo vigorava e ainda vigora muito. Me lembro de uma piada, quando fui candidata a reitora, alguns lamentando a situação da UFG, e os professores falavam “olha, nós temos que votar na Cassimiro porque precisamos é de um homem na reitoria”. Quer dizer, me aceitavam porque me achavam masculina. Mas foi uma quebra de gelo.

Estado X mercado

Eu sou pela livre iniciativa, a favor de liberar, o Estado não deve ser patrão. Pra você ver, o que o Brasil privatizou, cresceu. A telefonia, por exemplo. A própria Petrobrás, se não fosse do governo, não estaria passando pela crise que está. Se fosse privado, não tinha isso. Há mais progresso na coisa privada. O Estado não foi feito pra administrar certas coisas. Foi feito pra dar infraestrutura básica para que a iniciativa privada cresça e floresça.

Universidade

Do ponto de vista futurista, o ensino superior deveria ser privatizado e o ensino médio e fundamental, estatizados. O professor do ensino médio ganha muito mal. Os professores ganham o que ganham um trabalhador braçal. Dois mil conto por mês. Tem trabalhador braçal que ganha mais do que isso.

Catolicismo

Sou católica praticante, procuro ser uma boa católica. Sem menosprezo às outras religiões cristãs, acho que a Igreja Católica é a original, é a que vem de Jesus e dos apóstolos, por mais erros que comete e cometeu. Jesus mesmo disse que a igreja é feita de santos e pecadores e ele veio ao mundo por causa dos pecadores. Não é porque pecamos que devemos estar longe da igreja, pelo contrário, quanto mais pecamos, mais próximos devemos ser.

Bancada evangélica

Sou contra. Quando eu era menor, houve uma luta imensa para tirar os padres da política. Conseguimos, é um ou outro que aparece. Mas a igreja evangélica entrou de sola. Pastores se rotulam apóstolos, que coisa, né! As igrejas protestantes se tornaram currais eleitorais e votam em peso no pastor. Tem implicações sociais: a igreja evangélica tem uma ação social muito pequena. Esse templo do Edir Macedo choca o próprio Deus, de tão majestoso, mas não abre uma creche.

Goiânia hoje

Dentro de 50 anos vai ser uma segunda São Paulo. As ruas estreitas de Goiânia não vão suportar mais os carros. Os irmãos Coimbra Bueno projetaram ruas largas e o Pedro Ludovico achou um absurdo aquilo. Pediu para estreitar, senão gastaria muito com asfaltamento. E então, Coimbra Bueno, prevendo crescimento de Goiânia, diminuiu as ruas e alargou as calçadas. Repare que Goiânia tem calçadas muito largas. Isso já virou folclore, mas ele disse “um dia, um prefeito inteligente vai alargar as ruas e diminuir as calçadas”. Estamos esperando que isso aconteça.